

**ATA 053 – REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS – FUNPREV IMBITUVA/PR**

Aos 17 dias do mês de março do ano de 2026, às 10:00 horas, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – FUNPREV - Imbituva/PR, conforme convocação previamente realizada, para deliberar sobre assuntos relacionados à política de investimentos e ao enquadramento da carteira do instituto à legislação vigente. Inicialmente, foi registrado que este Comitê de Investimentos, em reunião anterior devidamente formalizada (ata nº 52 - Comitê de Investimentos), na qual, foi deliberada e aprovada pelo Conselho Deliberativo (ata nº 06 do Conselho Deliberativo do Fundo de Previdência do Município de Imbituva – PR), a estratégia de remanejamento dos recursos atualmente alocados em ativos de renda variável para investimentos em renda fixa, tendo em vista o cenário favorável de mercado para realização de ganhos, e a necessidade de adequação da carteira de investimentos às disposições da Resolução do CMN nº 5.272/2026 (norma prevê prazo de até 2 (dois) anos para adequação, contado a partir de 02 de fevereiro de 2026, encerrando-se, portanto, em 02 de fevereiro de 2028). Foi destacado que o RPPS atualmente não atende aos critérios exigidos para adesão ao Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS, motivo pelo qual se faz necessária a readequação da carteira de investimentos para observância dos limites e parâmetros estabelecidos pela referida resolução do Conselho Monetário Nacional. Nesse contexto, considerando a boa performance recente do mercado acionário, bem como a valorização dos ativos atualmente detidos pelo RPPS em renda variável, foi ressaltado que a realização dessas posições se apresenta como estratégia prudente e oportuna, permitindo a captura de ganhos acumulados e a consequente realocação dos recursos em ativos de renda fixa com menor volatilidade e maior aderência ao perfil previdenciário de longo prazo. Os membros do Comitê de Investimentos analisaram o cenário macroeconômico atual, tanto no âmbito nacional quanto internacional. No cenário global, observa-se ainda um ambiente de incertezas econômicas decorrentes de fatores como o processo de desaceleração de economias relevantes, manutenção de taxas de juros em níveis elevados por parte de diversos bancos centrais e tensões geopolíticas que impactam a dinâmica dos mercados financeiros internacionais. Tais fatores contribuem para episódios recorrentes de volatilidade nos mercados de renda variável. No cenário doméstico, embora o mercado acionário brasileiro tenha apresentado desempenho positivo recente, permanece sujeito a oscilações decorrentes de expectativas relacionadas à política monetária, à trajetória da inflação e ao equilíbrio fiscal. Por outro lado, o mercado de renda fixa brasileiro continua oferecendo oportunidades atrativas, especialmente em títulos públicos federais, em razão do atual patamar das taxas de juros reais e da previsibilidade proporcionada por esses ativos no contexto de gestão de recursos previdenciários. Analisou-se também o cenário macroeconômico e as condições atuais do mercado de renda fixa, deliberando sobre a estratégia de alocação em ativos atrelados a índices de títulos públicos federais. Considerando a necessidade de alinhamento da carteira à meta atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, bem como, a busca por equilíbrio entre rentabilidade, liquidez e controle de risco, entendeu-se adequada a manutenção e a ampliação de exposições em estratégias referenciadas aos índices IDKA IPCA 2, IMA-B e IRF-M 1. No que se refere ao índice IDKA IPCA 2, a alocação apresenta-se compatível com a estratégia de proteção inflacionária da carteira, proporcionando exposição a títulos públicos indexados ao IPCA com duration reduzida, o que contribui para menor volatilidade em comparação a índices de prazo mais longo. Quanto ao índice IMA-B, o Comitê observou que tal referência contempla títulos públicos federais indexados à inflação, os quais possibilitam a captura de juros reais e auxiliam na convergência da carteira à meta atuarial estabelecida pelo regime, sobretudo em ambientes em que os prêmios reais permanecem atrativos. Em relação ao índice IRF-M 1, destacou-se que a exposição a títulos prefixados de curto prazo contribui para a manutenção de liquidez e menor sensibilidade a oscilações de mercado, funcionando como componente de estabilidade da carteira e instrumento de gestão tática em cenários de juros ainda elevados. Dessa forma, entendeu-se que a combinação dessas estratégias favorece a diversificação dentro da renda fixa pública federal, permitindo melhor gerenciamento da duration da carteira, mitigação de riscos e maior previsibilidade de resultados no médio e longo prazo. O Comitê ressaltou ainda que tais alocações permanecem aderentes às diretrizes da Política de Investimentos do RPPS, bem como às normas vigentes aplicáveis aos regimes próprios de previdência social. Considerando tais fatores, bem como, os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência que norteiam a gestão

dos recursos dos regimes próprios de previdência social, foi reafirmada a estratégia de direcionamento dos recursos resgatados da renda variável para fundos de investimento classificados como renda fixa, compostos predominantemente por títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional.

Dessa forma, serão resgatados os valores conforme descritos abaixo das seguintes aplicações (relatório atualizado em fevereiro/2026):

• CAIXA RV 30 RESP LIMITADA FIF MULTIMERCADO LP	R\$ 9.034.167,48
• CAIXA BRASIL ESTRATÉGIA LIVRE RESP LIMITADA FIF	R\$ 1.041.066,17
• CAIXA AÇÕES MULTIGESTOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÃO	R\$ 5.915.456,62
• BB SMALL CAPS RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	R\$ 912.567,87
• BB SELEÇÃO FATORIAL RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	R\$ 3.415.817,02
• BB RESP LIMITADA FIF MULTIMERCADO PREVIDENCIÁRIO	R\$ 2.234.203,44
• BB VALOR RESP LIMITADA FIF CIC AÇÕES	R\$ 3.033.446,17
• TRÍGONO FLAGSHIP SMALL CAPS INSTITUCIONAL RESP LIM	R\$ 761.343,31
• TRÍGONO DELPHOS INCOME INSTITUCIONAL RESP LIMITADA	R\$ 1.192.288,43
• PLURAL DIVIDENDOS RESP LIMITADA FIF AÇÕES	R\$ 1.566.543,73
• FINACAP MAURITSSTAD RESP LIMITADA FIF AÇÕES	R\$ 861.493,35

Os recursos provenientes dos resgates em renda variável, perfazem o valor bruto de R\$ 29.968.393,59 (vinte e nove milhões, novecentos e sessenta e oito mil, trezentos e noventa e três reais e cinquenta e nove centavos), que após descontados os impostos incidentes, terão o valor líquido distribuídos aos fundos analisados e aprovados pelo Comitê de Investimentos, a seguir descritos:

- BB Previdenciário Renda Fixa IDKA 2 Títulos Públicos FIF;
- BB Previdenciário Renda Fixa IMA-B Títulos Públicos FIF Responsabilidade Limitada;
- BB Previdenciário Renda Fixa IRF-M 1 Títulos Públicos FIC FI;
- Caixa Brasil IMA-B Títulos Públicos Classe de FIF Renda Fixa Longo Prazo – Responsabilidade Limitada;
- Caixa Brasil IRF-M 1 Títulos Públicos Classe de FIF Renda Fixa – Responsabilidade Limitada.

Os fundos acima citados terão os valores investidos na proporção de: 33,34% em IDKA 2, 33,33% em IMA-B e 33,33% em IRF-M 1. Foi registrado que tais fundos possuem como estratégia principal o investimento em títulos públicos federais emitidos pelo Tesouro Nacional, alinhando-se aos objetivos de segurança e preservação de capital necessários à gestão de recursos previdenciários. Ressalta-se ainda que a Consultoria Crédito & Mercado Engenharia Financeira contratada pelo RPPS analisou o cenário econômico e a carteira atual do Fundo de Previdência Municipal - FUNPREV, manifestando-se favoravelmente à estratégia de realocação proposta, bem como aos fundos selecionados para recebimento dos recursos. Após as discussões e esclarecimentos apresentados, o Comitê de Investimentos ratificou o entendimento de que a realocação dos recursos da renda variável para os fundos de renda fixa acima mencionados se mostra adequada sob os aspectos de prudência, enquadramento regulatório e gestão de risco, contribuindo para a estabilidade e sustentabilidade da carteira de investimentos do RPPS. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.


AMILTON TIAGO DE SOUZA
Gestor de Recursos


EMERSON JOSE PEDROSO
Presidente do Comitê


MAÍARA HASS
Membro do Comitê